

**Planos de Urbanização para a Cidade de Boa Vista a partir da dinâmica
do Território Federal de Roraima (1944-1973)**

*Urbanization plans for the city of Boa Vista based on the dynamics of the Federal
Territory of Roraima (1944-1973)*

Paulina Onofre Ramalho

Doutoranda em Arquitetura, Dinter UFRR/UFRJ, Brasil
paulina.ramalho@fau.ufrj.br

Rubens de Andrade

Professor Doutor, UFRJ, Brasil.
rubens.andrade@fau.ufrj.br

RESUMO

Este artigo visa apresentar as linhas gerais que nortearam a elaboração de planos de urbanização para a cidade de Boa Vista durante sua função como capital administrativa do então Território Federal de Roraima. Metodologicamente, recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase em fontes textuais. Como resultado, verificou-se que os planos formulados demonstravam a intenção do Estado brasileiro em tornar Boa Vista um polo de indução desenvolvimentista, utilizando como justificativa questões como fronteira e segurança nacional. Sendo assim, percebemos como as cidades são espaços privilegiados para a ação do Estado e concretização de seus objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Estado. Cidade-capital.

ABSTRACT

This article aims to present the general lines that guided the development of urbanization plans for the city of Boa Vista during its function as administrative capital of the then Território Federal de Roraima. Methodologically, we used bibliographic and documentary research, with an emphasis on textual sources. As a result, it was found that the plans formulated demonstrated the Brazilian State's intention to make Boa Vista a hub for development induction, using issues such as border and national security as justification. Therefore, we realize how cities are privileged spaces for State action and the achievement of its objectives.

KEYWORDS: Planning. State. Capital city.

1 INTRODUÇÃO

Boa Vista é a capital do Estado de Roraima, localizando-se totalmente no hemisfério norte, em uma região de campos abertos denominada localmente de lavrado. Segundo a historiografia local, sua origem remonta a uma fazenda de gado bovino fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, antigo comandante do Forte São Joaquim (VERAS, 2009). Sendo assim, em 1858, por meio da Lei nº 92, de 09 de novembro, criou-se a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, cuja sede seria o entorno da referida fazenda. Tal ato visava estabelecer um controle administrativo maior da região em função das disputas fronteiriças em curso, nomeadamente entre o Brasil e a Inglaterra, assim como o estímulo a ocupação civil da região, o que, de fato, não ocorreu (BARBOSA, 1993).

No início do período republicano, mais precisamente em 1890, o Decreto nº 49, de 9 de julho, elevou a Freguesia à categoria de município, denominando-o de Boa Vista do Rio Branco (BARBOSA, 1993). Além disso, a sede da antiga freguesia foi reconhecida como a sede do novo município sob o nome de Vila de Boa Vista do Rio Branco. Contudo, tais medidas não propiciaram o desenvolvimento econômico e o povoamento esperados, permanecendo Boa Vista como um pequeno povoado carente de infraestrutura, que apresentava “uma malha com três ruas paralelas à margem do rio Branco (BARROS, 1995, p. 55). Somente em 27 de agosto de 1926, através da Lei estadual nº 1262, concedeu-se foro de cidade à Vila de Boa Vista, o que resultou no aumento de sua autonomia administrativa e no fortalecimento da elite local (SANTILLI, 1994). Contudo, o evento mais emblemático para a cidade de Boa Vista na primeira metade do século XX foi a criação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, em 1943, pois, nesse contexto, a mesma foi “deixando pouco a pouco de ser um mero povoado provinciano dependente do Estado do Amazonas” (BARROS, 1995, p. 29).

Como capital territorial, sobre Boa Vista incidiram medidas visando dotá-la das condições necessárias à sua condição de centro político-administrativo. Nesse processo podemos destacar, particularmente, dois períodos: 1) o período imediato a criação do território, no qual implementou-se, a partir de 1946, um plano de urbanização elaborado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson; 2) a formulação de um novo plano de urbanização pela Fundação João Pinheiro (FJP), no início da década de 1970, no bojo do período militar. Para o primeiro período já foram elaboradas análises, das quais podemos citar a de Veras (2009). No entanto, abre-se todo um leque de possibilidades para o segundo, que, aqui, terá uma abordagem mais pontual.

Isto posto, objetivamos pontuar as interfaces entre o projeto urbanístico do engenheiro Darcy Aleixo Derenusson e a nova estrutura urbana proposta pela FJP. Para tanto, parte-se da premissa que esses planos relacionam-se às condições econômicas, políticas e técnicas do contexto no qual foram elaborados e implementados.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, o caminho metodológico tem como base: quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa; no que concerne à natureza, a pesquisa é básica; quantos aos procedimentos técnicos, a mesma recorre a diferentes modalidades, sendo bibliográfica e

documental. As fontes serão contextualizadas a partir do cruzamento com dados fornecidos por diferentes autores, assim como da análise de fontes iconográficas. Sendo assim, intenciona-se visibilizar as relações estabelecidas entre o contexto político e a formulação de planos urbanísticos para a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

3 UMA CAPITAL PARA O TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro, foi criado o Território Federal do Rio Branco, renomeado, em 1962, Território Federal de Roraima (BRASIL, 1943a). De acordo com o Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, o Território foi dividido em dois municípios, Boa Vista e Catrimani. Nesse contexto, a cidade de Boa Vista foi reconhecida como a capital (BRASIL, 1943b).

A ideia de criar-se unidades administrativas diretamente ligadas ao poder central antecedia o governo de Getúlio Vargas. Mas, a Constituição Federal de 1937 forneceu o respaldo legal ao atribuir à União o poder de instituir, a partir de áreas desmembradas de estados, territórios federais em nome da segurança nacional (FREITAS, 1996), que, nesse caso, poderia ser entendida de forma polissêmica, como proteção de fronteiras, sanar desequilíbrios econômicos e políticos, dentre outros.

Em junho de 1944, chegou em Boa Vista o primeiro governador do Território, o capitão Ene Garcez dos Reis. Uma de suas primeiras medidas consistiu em realizar um levantamento das condições da região. Ficou responsável pelo levantamento José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti, técnico em administração do governo federal. A partir das informações obtidas, elaborou-se o **Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. O referido plano constituiu a base para o **Plano Quinquenal Territorial/1945-1949**, documento que continha as diretrizes de atuação do governo territorial (MACEDO, 2004).

No Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco a realidade do Território é descrita como preocupante. Segundo o mesmo, seus habitantes poderiam ser divididos em dois grupos, a saber: os que viviam nas regiões alagadiças; e os que viviam em terra firme. Mas, em linhas gerais, não havia saneamento, a alimentação era precária, e as instituições médico sanitárias eram quase inexistentes. Sendo assim, a população era acometida, frequentemente, pela malária, tuberculose, sífilis, verminoses, anemia, dentre outros (CAVALCANTI, 1949).

No que refere-se as construções, estas eram de madeira, cobertas de palha e próximas às margens dos rios. A capital, Boa Vista, apresentava 217 mocambos e 122 casas de alvenaria ou madeira, mas sem acesso à energia elétrica, água e esgoto (CAVALCANTI, 1949). Sendo assim, propunha-se obras de saneamento a partir de Boa Vista, considerada núcleo irradiador, como drenagem e revestimento de igarapés, estabelecimento de uma rede de água e esgotos, tratamento de uma zona em frente a cidade durante o inverno, assim como a criação e tratamento de uma faixa de proteção em torno da mesma, expurgo das embarcações, campanhas de educação sanitária, assistência médica permanente, e “a construção da capital do Território, e das outras cidades que forem surgindo, de acordo com o que houver de mais recente ou progressista em matéria de urbanismo” (CAVALCANTI, 1949, p. 29).

Para concretizar o denominado Plano de Urbanização de Boa Vista, lançou-se um edital no Diário Oficial, seção primeira, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1944. Após, apresentaram-

se 4 concorrentes, as quais receberam instruções para a elaboração dos projetos. A Divisão de Obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores responsabilizou-se pela análise das propostas encaminhadas, das quais foi selecionada a da firma Darcy A. Derenusson, posteriormente denominada Riobras, no dia 20 de setembro de 1944. O resultado final da licitação foi descrito no Diário Oficial do Território Federal do Rio Branco nº 24, de 7-12-1944, que expressa que a firma selecionada apresentou menor preço e prazo para a finalização das obras.

Seguidamente a assinatura do contrato, Darcy Aleixo Derenusson, e mais três auxiliares, deslocou-se até o Território e realizou estudos *in loco* que fundamentaram a formulação do projeto de urbanização. Após sete meses, retornou ao Rio de Janeiro, formando uma equipe de técnicos responsável pela elaboração dos projetos de abastecimento de água, geração de energia elétrica, coleta de esgotos e águas pluviais, bem como do Plano Diretor de Urbanismo e do Código de Obras (A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

Antecedendo as obras do plano propriamente ditas, algumas medidas foram consideradas importantes e implementadas entre 1944 e 1946, como: levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da Vila de Boa Vista e arredores, que cobriu uma extensão de 20 km², com a confecção de planta na escala de 1:1000; recenseamento geral da população; estudos socioeconômicos necessários a elaboração do Plano; elaboração do Plano Diretor da cidade; elaboração do plano urbanístico, propriamente dito, com os detalhes para a sua execução; concepção do Código de Obras; projeto de abastecimento de água, inclusive com o detalhamento da captação, adução e rede distribuidora; projeto da rede coletora de esgotos sanitários (separador) e seu detalhamento; projeto de galerias de águas pluviais e seu detalhamento; projeto de energia elétrica e rede distribuidora com detalhamento e; projeto de escolas rurais e residências (MORAES, GOMES FILHO, 2009; VERAS, 2009).

Além das questões citadas acima, o governo do Território, por sugestão de Derenusson, editou um decreto no qual proibiu novas construções de caráter permanente antes da conclusão do plano, e, no Código de Obras, foi estipulado que as edificações residenciais e comerciais poderiam ter um número máximo de dois pavimentos, e os terrenos adotariam uma área de área de 15x40/20x40m (A GAZETA DE RORAIMA, 1991). No tocante a prefeitura, esta desapropriou alguns lotes nos quais seriam construídas edificações públicas e foram solicitados pelo governo territorial.

Durante o andamento das obras diversos percalços foram observados, principalmente concernentes a aquisição de materiais de construção e acesso a mão de obra. Essa problemática já era uma constante na região do rio Branco, e, no período em estudo, uma parte da força de trabalho estava envolvida em atividades como a mineração, e o Território encontrava-se relativamente isolado do restante do país. De fato, por séculos a única via de acesso ao vale do rio Branco foi o rio de mesmo nome. Entretanto, devido ao regime de chuvas da região, surgem corredeiras no período de estiagem que dificultam e/ou inviabilizam a navegação. Para além dos fatores naturais, segundo Santos (2013), a falta de investimentos estatais e privados agravava a situação. Sendo assim, a solução encontrada foi contratar trabalhadores de outras cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus (A GAZETA DE RORAIMA, 1991). No que tange os materiais, construiu-se algumas indústrias, como uma olaria, que fornecia telhas e manilhas de barro (REVISTA SELVA, 1950; VERAS, 2009). Os materiais que não podiam ser produzidos localmente eram trazidos em barcos ou, os de pequeno porte, de avião.

Figura 1 – Maquete do projeto urbanístico de Boa Vista/RR



Fonte: Arquivo de Darcy Romero Derenusson.

O projeto urbanístico desenvolvido por Darcy Aleixo Derenusson é radiocêntrico, com amplas avenidas que espraiam-se para o norte, sul e oeste. No centro do mesmo encontra-se a praça cívica, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Figura 1). De acordo com Derenusson, o projeto imbuía-se de um sentido simbólico, pois é, “portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte (A GAZETA DE RORAIMA, 1991, p. 127-128).

As obras do plano de urbanização, mesmo com a instabilidade política no Território, adentraram a década de 1950, mas a área do projeto foi consolidada apenas no fim da década de 1960. Consoante Derenusson, seu projeto foi pensado para cerca de 25 anos, depois dos quais haveria a necessidade de pensar um novo planejamento (A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

3.1 Um novo plano para a capital do Território Federal de Roraima

Conforme Souza e Vieira (2009), a partir de 1967 o Território Federal de Roraima recebeu uma série de obras de infraestrutura, com destaque para o governo do Coronel Hélio da Costa Campos, que exerceu dois mandatos (1967-1969 e 1970-1974). Essas obras inseriram-se em um projeto maior articulado pelo próprio governo federal para o desenvolvimento conjuntural da Amazônia. Sendo assim, fomentou esse desenvolvimento através de apoio em termos de recursos humanos e financeiros, como: criação, por meio do Decreto-Lei nº 61.330, de 11 de setembro de 1967, de um Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Ministério do Interior, responsável pelo desenvolvimento de projetos de integração; isenção fiscal para a Amazônia Ocidental de acordo com o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, diminuindo os custos de vida; determinação, a partir do Decreto-Lei nº 63.104, de 15 de agosto de 1968, das áreas prioritárias para a aplicação de recursos, como os espaços vazios e áreas de fronteira, resultando em uma vigilância maior sobre as administrações territoriais.

Como podemos perceber, o Território Federal de Roraima beneficiou-se desse contexto marcado por princípios geopolíticos. Também foi importante a edição do Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização de seus municípios e dá outras providências, pois, ainda de acordo com Souza e Vieira (2009), o mesmo ampliou os recursos para os Territórios e concedeu-lhes mais autonomia, mas manteve-os vinculados ao Ministério do Interior. Cumpre-nos destacar que, dentre os objetivos da União na administração dos Territórios, conforme o artigo 2º do supracitado decreto, estava desenvolvê-los economicamente, socialmente, politicamente e administrativamente, visando criar as condições que lhes possibilitasse ascender à categoria de Estado. Isso explica as obras efetuadas em Roraima e os esforços de povoamento empreendidos.

Assim, se “no período compreendido pouco antes de 1964, não ocorreram no Território transformações de grande vulto, visto que a instabilidade política local não deu os meios necessários para trabalhos de longa duração” (SILVA, 2015, p. 26), percebemos que as transformações a partir da segunda metade da década de 1960, com ênfase na década de 1970, fizeram parte de um projeto nacional, justificado pela questão da segurança nacional e do desenvolvimentismo. Nesse processo, Boa Vista foi considerada um polo importante.

Em 1971, as linhas de ação do governo de Hélio Campos foram divididas em: “1. Preparo do polo de desenvolvimento (Boa Vista) e seus efeitos; 2. Preparo da base econômica do Território e implantação dos fatores básicos no interior” (A CRÍTICA, 28.09.1971, p. 1). No tocante a essas linhas, foram desenvolvidos planos pela Fundação João Pinheiro¹ (FJP), dos quais destacaremos o relativo a Boa Vista.

O FJP Informações, boletim nº 01 da instituição, de 25 de junho de 1972, em sua página nº 02, noticiava que “o levantamento preliminar de dados necessários à elaboração de um projeto de desenvolvimento integrado para o Território Federal de Roraima já foi concluído pela equipe técnica da Fundação João Pinheiro”. No tocante, especificamente, a Boa Vista, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Urbano a partir de um convênio, assinado em 21 de novembro de 1972, entre o Ministério do Interior, Governo do Território Federal Roraima, Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Fundação João Pinheiro. Além disso, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) ficou responsável pela fiscalização e avaliação técnica do trabalho. O trabalho foi posto em prática entre dezembro de 1972 e junho de 1973 pelo Centro de Desenvolvimento Urbano da FJP (FJP, 1973).

Dos trabalhos resultaram os seguintes volumes:

Volume I – Análises – Proposições

Volume II – Lei de Urbanismo e Zoneamento

Classificação de Uso do Solo

Código de Edificações e Instalações

Anexo I – Glossário

Volume III – Código de Posturas

Volume IV – Habitação

Volume V – Arborização

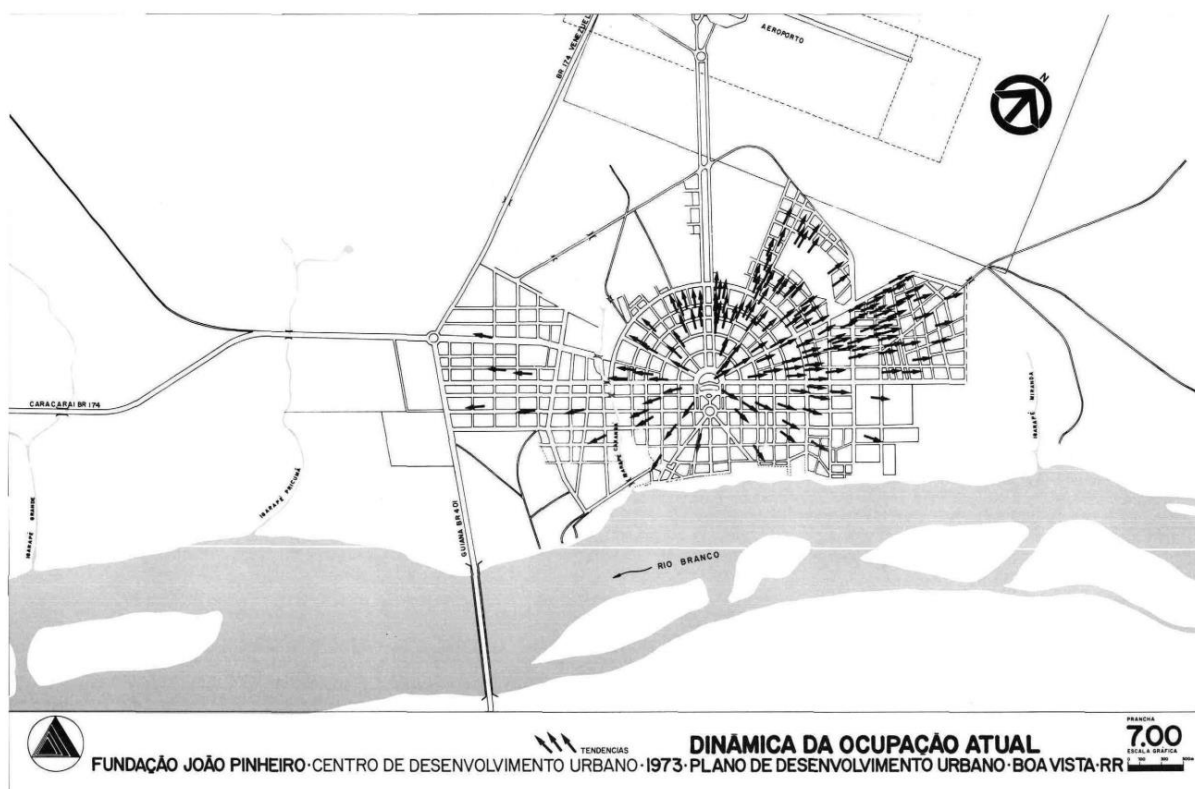
Volume VI – Projetos Específicos

¹ Criada pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1969, e sediada em Belo Horizonte, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino.

Esses seis volumes contêm informações sobre a realidade de Boa Vista e proposições sobre os temas que nomeiam cada um deles. Entretanto, neste artigo analisaremos um tópico do volume I, que trata do plano urbanístico da cidade, projetado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson.

No supracitado volume, as áreas alagadiças das margens dos igarapés e lagoas, as grandes áreas outrora de uso privado, e as áreas reservadas para uso institucional são apresentadas como condicionantes para a forma recortada da mancha urbana de Boa Vista (FJP, 1973). Destarte, são tidas como áreas favoráveis para expansão a zona norte, até o rio Cauamé; uma pequena área a nordeste; e uma “terceira área poderia ser considerada, a oeste do sitio urbano, apresentando-se, entretanto, mais problemática, sendo necessário realizar um intenso processo de drenagem, pois que está sujeita a inundações temporárias (FJP, 1973, [s.p.]) (Figura 2).

Figura 2 - Dinâmica da ocupação de Boa Vista em 1973



Fonte: Fundação João Pinheiro (1973).

Comparando-se com a realidade atual da cidade, percebemos que sua expansão ocorreu, de forma mais intensa, para a zona oeste, que, como apontado acima, é sujeita a inundações devido a depressões que formavam lagoas no período das chuvas, além de outros corpos d'água. Durante a expansão ocorreu o aterramento dessas lagoas, mas não um sistema eficiente de drenagem.

Com relação ao então desenho urbano da cidade de Boa Vista, nas proposições do Volume I é explicitado que este é claro, de fácil compreensão e assimilação visual, o que constitui o valor principal de sua estrutura. No entanto, questiona-se a retomada do sistema radioconcêntrico, no qual o poder está centralizado na trama urbana, “de onde partem todas as

forças indutoras do crescimento da cidade” (FJP, 1973, [s.p.]). A centralização das funções administrativa e comercial geravam fluxos que, futuramente, congestionariam as áreas centrais. As principais problemáticas advinham de:

- Ao se afastarem do centro as radiais se distanciam entre si, criando a necessidade cada vez maior de vias locais de curto percurso e aumentando a circulação em ziguezague [sic]. - Possibilidade de uma certa estratificação dentro da trama urbana, uma vez que privilegia um único centro para o qual tudo converge. - A medida que se aproxima das áreas centrais, eleva-se rapidamente a proporção das áreas consumidas pelo sistema viário e por consequência tem-se um baixo índice de aproveitamento dos terrenos (FJP, 1973, [s.p.]).

O congestionamento da área central, nomeada localmente como “bola do centro”, é uma realidade atual, principalmente em determinados horários (ida/volta do trabalho; ida/volta da escola). Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Urbano de 1973 propôs que, respeitando-se a “área urbanizada atual, buscar dotar a cidade de uma estrutura em aberto, que, impedindo a continuidade do traçado atual, venha abrir novas perspectivas para o desenvolvimento de Boa Vista” (FJP, 1973, [s.p.]). Sendo assim, no presente momento apresentaremos suas linhas gerais. Nesse sentido, a nova estrutura urbana foi proposta a partir dos seguintes parâmetros:

- A possibilidade de crescimento ilimitado e de sofrer constantes adaptações sem se desorganizar. Uma estrutura aberta e evolutiva. - Permitir que as diversas funções urbanas se exerçam em espaços que se desenvolvam em zonas de características unifuncionais. - Uma boa distribuição de equipamentos urbanos. - Uma circulação fácil e racional. - Um mínimo de transtorno e de intervenções de caráter cirúrgico quando da sua implantação. - Um menor fator custo/benefício (FJP, 1973, [s.p.]).

A esses critérios gerais foram acrescidos outros de acordo com a realidade local, como política de adensamento das áreas centrais; suposição de que o crescimento de Boa Vista ganharia um impulso significativo nos próximos anos; presença marcante do governo territorial, inclusive no controle da propriedade fundiária, o que possibilitaria maior liberdade nas proposições, e a efetiva implementação do plano (FJP, 1993). Por conseguinte, a nova estrutura iria materializar-se através de um zoneamento e um modelo de sistema viário.

Para as zonas foram apresentados parâmetros e, para os zoneamentos de ocupação e utilização do solo foram estabelecidas porcentagens máximas admissíveis para a ocupação e utilização do solo, respectivamente. Quanto ao sistema viário, o mesmo foi pensado a partir de três tipos de vias hierarquizadas na seguinte ordem: vias principais, vias coletoras e locais. O referido sistema pode “ao mesmo tempo respeitar o traçado existente nas áreas centrais e criar possibilidades de tratamentos mais modernos no interior das novas malhas acrescentadas” (FJP, 1973, [s.p.]). Assim, almejava-se impedir o prolongamento, de forma indefinida, do traçado radioconcêntrico, criando-se uma nova estrutura adaptável, mas que preservava a já existente. Ao observarmos a estrutura urbana atual de Boa Vista, somos levados a crer que tais pressupostos foram, em menor ou maior grau, assimilados e perduraram no seu ideário urbanístico.

Em suma, as proposições para a nova estrutura urbana partiram do respeito ao desenho já existente, mas também do reconhecimento de suas limitações, procurando

dinamizar a cidade para que a mesma efetuasse seu papel de polo de desenvolvimento para toda uma região. De fato, durante visita ao Território em 1973, o presidente Emílio Garrastazu Médici explanou que:

Os últimos anos tornaram Boa Vista centro polarizador, capaz de catalisar recursos materiais e humanos, para, em seguida irradiar sua capacidade produtora. Tendo implantado serviços no campo energético, financeiro e educacional, de saneamento básico, de saúde pública, dos transportes e das comunicações, a ação governamental já se dirige para cidades e vilas do interior (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 1).

Mais uma vez, sobre Boa Vista incidiram projetos de cunho nacional visando transformá-la em ponta de lança na fronteira. Dentre esses projetos destaca-se o Plano de Desenvolvimento elaborado pela Fundação João Pinheiro, pois, como afirma Balandier (1982), o espaço é um palco para a teatralização do poder.

3.2 Discussões

O contexto histórico abordado no presente estudo compreendeu dois períodos do Território Federal de Roraima. O elemento articulador entre esses períodos foram as transformações urbanas ocorridas na cidade de Boa Vista como parte de um projeto nacional. Com efeito, projetos exógenos a Amazônia foram uma constante, como bem aponta Becker (2005). Desse modo, segundo Barros, após a implementação do Território “arrancando a área do rio Branco da dependência ao provincianismo amazônico – viria o projeto de ‘foreword city’, uma cidade que mostrasse na fronteira o que o poder central se propunha a ser” (1995, p. 151).

Para compreendermos o quadro acima apropriamo-nos das discussões sobre teatralização do poder empreendidas por Balandier (1982), para quem o Estado legitima-se, também, através da criação de símbolos, sendo as cidades um espaço privilegiado para essa criação. Nesse sentido, intervenções arquitetônicas e urbanísticas decorrem das intenções do poder político em perpetuar-se “duravelmente, imortalizado em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua ‘personalidade’ e seu brilho” (BALANDIER, 1982, p. 10).

Os planos da Firma Riobras e da Fundação João Pinheiro visaram dotar Boa Vista da estrutura necessária para que a mesma desempenhasse a função de cidade-capital. Para Raffestin, a “capital é a expressão, com duração mais ou menos estável, de uma representação política” (1993, p. 191). Além disso, a capital pode configurar-se uma centralidade, parcial ou totalmente, em termos políticos, econômicos e/ou culturais. No caso de Boa Vista, a cidade foi percebida como potencial centralidade para todo o Território, principalmente nos discursos veiculados na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970. Por isso, planos e obras foram formulados e/ou executados, visando uma centralidade que ia ao encontro do pensamento desenvolvimentista em voga.

No que diz respeito ao desenvolvimento, parte-se de dois modelos de interpretação, ou seja, o mesmo como ideologia e como prática política e econômica dos denominados Estados desenvolvimentistas (FONSECA, 2015). O certo é que, para o objeto em análise, o discurso desenvolvimentista do Estado pautou justificativas e proposições que nortearam intervenções em diferentes escalas, ao mesmo tempo em que instituiu determinada memória de si. Para tal

memória, foi fundamental o processo de lembrar e esquecer, seja personagens, eventos e/ou lugares (POLLAK, 1992).

4 CONCLUSÕES

Roraima tornou-se estado em 1988. De 1943 a 1988, foi um território federal criado no bojo da política varguista. No que diz respeito a Amazônia, Vargas pretendia a colonização de seus espaços despovoados por meio de uma política específica de incremento econômico, implementação de infraestrutura e migração. Para tanto, segundo Bahiana (1991), instituiu todo um aparato que incluía, dentre outros, o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Social de Saúde Pública (SESP) e o Rubber Reserve Comapny. Mas, em termos concretos, a realização mais importante foi a criação dos territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Estado de Roraima) e Guaporé (atual Estado de Rondônia).

Nos territórios mencionados acima foram implementadas medidas visando dotá-los da infraestrutura necessária para a consecução da ideologia varguista. No caso de Boa Vista, capital do Território Federal do Rio Branco, posteriormente Roraima, recorreu-se ao ideário urbanista com a efetivação de um plano urbanístico radioconcêntrico, exógeno a realidade local. Percebemos, assim, que as cidades são espaços privilegiados para a manifestação do poder político, que recorre a diferentes meios de perpetuar-se e criar uma imagem para si e para os outros (BALANDIER, 1982).

No contexto da ditadura civil-militar, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960, o discurso desenvolvimentista para a Amazônia também apropriou-se do urbanismo como justificativa e meio de intervenção. Isto posto, entende-se, em parte, o processo no qual foi elaborado um novo plano de urbanização para a cidade de Boa Vista. Esse novo plano, embora parta do respeito ao preexistente, sintetiza concepções em voga na década de 1970.

Apesar das diferenças, determinadas premissas irmanam os dois planos, isto é, os mesmos inseriram-se em um projeto nacional que pretendia modernizar a Amazônia, levando-a a seu desenvolvimento. Além disso, questões como segurança nacional, colonização e proteção das fronteiras forneceram o respaldo discursivo. Sendo assim, entendemos que os planos de urbanização elaborados por Darcy Aleixo Derenusson e pela Fundação João Pinheiro fizeram parte de um projeto do poder central visando transformar Boa Vista em uma cidade-capital de modo a desempenhar o papel de polo de desenvolvimento para todo o Território Federal de Roraima.

Consideramos que, a despeito do pretendido, Boa Vista não tornou-se o polo irradiador de desenvolvimento pretendido. Na verdade, houve uma concentração de serviços nesta cidade, o que acentuou a disparidade com as demais cidades do território.

5 REFERÊNCIAS

A VEZ das pontes. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 15.09.1973, p. 01.

BAHIANA, Luís Cavalcanti. O norte na organização regional do Brasil. **Geografia do Brasil**, v. 3, p. 15-23, 1991.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Revista Boletim** 9 (1): Museu Emílio Goeldi, Belém, p. 123-144.1993.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1995.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n° 53, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. de 2021.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943a. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943b. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 7.775, de 24 de julho de 1945. Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal de Rio Branco e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969. Dispõe sobre a organização administrativa dos Territórios Federais, a organização dos seus municípios e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0411.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda de pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1949.

DERENUSSON, Darci Aleixo. Edição especial (entrevista concedida à jornalista Katia Brasil). **Jornal A Gazeta de Roraima**. Boa Vista, 09 de julho de 1991.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25801. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

FREITAS, Aimerê. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: Editora Grafima, 1996.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **FJP Informações**. Belo Horizonte, n. 1, p. 2. 1972.

_____. **Boa Vista Plano de desenvolvimento urbano: Análises-Proposições**. V. 1. Belo Horizonte: FJP, 1973. 216p.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE, Publicação N° 13, 1957.

MACEDO, Inês Rogélia Dantas. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta**. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História Social do Mestrado Interinstitucional UFRJ/UFRR, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Boa Vista, 2004.

MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. 2010. 187 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MENDONÇA NETO, Theotonio Pereira. **O governo Hélio da Costa Campos (1970-1974): cooptação e poder no Território Federal de Roraima**. 2011. 61 p. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

MORAES, C. G. M. S. M.; GOMES FILHO, G. F. Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e inspirações da capital de Roraima (1830-2008). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 137–166, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/3520>. Acesso em: 15 ago. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 de setembro de 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Geografia e Política).

REVISTA SELVA. Um espelho da vida brasileira. Nº 13. Ano 1950.

RORAIMA está na fase de implantação dos fatores de desenvolvimento. **A crítica**. Manaus, 28.09.1971, p. 01.

SANTILLI, Paulo. **As fronteiras da república**: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII – USP; FAPESP, 1994.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia**: o caso de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SILVA, Amanda Araújo. **O segundo governo Hélio Campos (1970- 1974)**: a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima. 2015. 56 p. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

SOUZA, Sônia Suely Soares. **Um Território Federal dentro de um Estado Militarizado**: o exemplo do governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974. 2008. 144 p. Monografia (Especialização) – Especialização em História Regional, Departamento de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2008.

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985). **Textos & Debates**, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista- Roraima**. 2009. 235 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.